

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.728 - PR (2019/0284881-3)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS : ANA TEREZA BASILIO E OUTRO(S) - RJ074802**  
**BRUNO DI MARINO - RJ093384**  
**FÁBIO COTECCHIA - RJ104005**  
**BERNARDO GUEDES RAMINA - PR041442**  
**RECORRIDO : MULTIPLOS PARTICIPAÇÕES E AQUISIÇÕES LTDA**  
**ADVOGADOS : SÉRGIO ROBERTO VOSGERAU E OUTRO(S) - PR019231**  
**LUIS FELIPE CUNHA - PR052308**  
**BRUNO ROBERTO VOSGERAU - PR061051**

## DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por OI S/A, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fl. 1192):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. ADIMPLEMENTO FINANCEIRO. COMPETÊNCIA. INAPLICABILIDADE DO CDC. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA Nº 95.962-6/01 QUE CONCLUI PELA POSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO DE AÇÃO NO FORO DE FILIAL DA E PRESA RECLAMADA. PRECEDENTES DESTA CORTE. AGRAVO DESPROVIDO.

Embargos de declaração opostos e rejeitados. (fls. 1222/1227, e-STJ)

A recorrente aponta ofensa aos art. 1022 do Código de Processo Civil/15, por negativa de prestação jurisdicional, ante à ausência de manifestação acerca do princípio *lex specialis derogat generalis*.

No mérito, arguiu violação dos arts. 94, e 100, inc. IV, "d", e V, do Código de Processo Civil/1973, asseverando que o pedido principal formulado pelo recorrido envolve matéria eminentemente contratual, obrigação de emissão de ações adicionais e, por força do disposto no art. 100, V, 'd', do Código de Processo Civil, determina a competência do foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro/RJ.

Assevera, por fim, que a "regra do art. 100, IV, 'd' do Código de Processo Civil, como é de sabença, é regra especial em relação à regra geral do art. 94 do CPC, e 100, IV, 'a' do CPC invocada pelo v. acórdão recorrido, e, pois, deve prevalecer em relação a estas, por força do princípio da especialidade.

Contrarrazões ofertadas às fls. 1230/1334.

É o relatório.

Decido.

**1.** Quanto à apontada violação do artigo 1022 do NCPC, não assiste razão à recorrente, porquanto clara e suficiente a fundamentação adotada pelo Tribunal de origem para o deslinde da controvérsia. (**Precedentes: AgRg no Ag 1.402.701/RS**, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 06.09.2011; **REsp 1.264.044/RS**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 08.09.2011; **AgRg nos EDcl no Ag 1.304.733/RS**, Rel. Ministro

Documento: 101792046

Página 1 de 4

# *Superior Tribunal de Justiça*

Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 23.08.2011, DJe 31.08.2011; **AgRg no REsp 1.245.079/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 16.08.2011, DJe 19.08.2011; e **AgRg no Ag 1.407.760/RJ**, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 09.08.2011, DJe 22.08.2011).

2. Por outro lado, com relação à alegação de violação ao art. 100, IV, "d", e V, do CPC/73, relativo à fixação da competência para o julgamento da demanda, o recurso merece prosperar.

Com efeito, quanto à regra de competência aplicável ao caso dos autos, esta Corte Superior tem entendido que se amoldam à hipótese, de maneira sistemática, a regra geral contida no art. 94 do Código de Processo Civil de 1973, que dispõe acerca da competência do foro de domicílio do réu, e o comando estabelecido no art. 100, inciso IV, alínea "a", do mesmo diploma legal, que prevê como competente o foro "do lugar onde está a sede, para a ação em que for ré a pessoa jurídica".

Ademais, cumpre ressaltar que a competência do foro no qual está localizada agência ou sucursal da pessoa jurídica somente é constatada quando a obrigação houver sido contraída por tal agência ou sucursal, não sendo suficiente a mera existência de filial na comarca, conforme se depreende na própria redação da alínea "b" do art. 100, inciso IV, do CPC/1973.

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente desta Corte Superior, proferido em caso similar aos dos presentes autos:

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. ARGUIÇÃO DE COMPETÊNCIA DE UMA DAS TURMAS DA PRIMEIRA SEÇÃO DESTA CORTE SUPERIOR. COMPETÊNCIA RELATIVA. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO PELA PARTE ATÉ O INÍCIO DO JULGAMENTO DO RECURSO. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. AÇÃO DE ADIMPLENTO CONTRATUAL OBJETIVANDO A SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES POR CESSÃO DE DIREITO. CESSIONÁRIO. NÃO INCIDÊNCIA DAS REGRAS DE COMPETÊNCIA DO CDC. FORO DA SEDE DA DEMANDADA, LOCAL ONDE DEVERÁ SER SATISFEITA A OBRIGAÇÃO, NA HIPÓTESE DE PROCEDÊNCIA DA DEMANDA. ART. 75, IV, DO CC/2002. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A competência traçada pelo Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça - RISTJ, que confere atribuição aos órgãos fracionários, é de natureza relativa, de sorte que deve ser suscitada após a distribuição do feito até o início do julgamento. Precedentes.

2. A qualidade de consumidor de cedentes de contratos de participação financeira, principalmente quanto a sua hipossuficiência - condição personalíssima -, não se estende ao cessionário, sendo aplicável as regras comuns de definição do foro de competência. 3. "O domicílio da pessoa jurídica é o local de sua sede, não sendo possível o ajuizamento da ação em locais nos quais a recorrente mantém suas filiais se a obrigação não foi contraída em nenhuma delas". (REsp 1.608.700/PR, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 9/3/2017, DJe de 31/3/2017).

4. Na espécie, em se tratando de cessionário de contrato de participação financeira, o foro competente para a análise da demanda é onde se encontra a sede da demandada, qual seja, a comarca da capital do Rio de Janeiro/RJ, por também se tratar do local onde a obrigação deverá ser satisfeita, acaso acolhida a pretensão deduzida em juízo.

# Superior Tribunal de Justiça

5. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1632585/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 19/06/2017)

RECURSO ESPECIAL. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. INADIMPLENTO CONTRATUAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. CESSÃO. CONTRATOS DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. MILHARES. RELAÇÃO DE CONSUMO. INEXISTÊNCIA. CARACTERÍSTICAS PESSOAIS DO CEDENTE. TRANSFERÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. VULNERABILIDADE. HIPOSSUFICIÊNCIA. NÃO IDENTIFICAÇÃO. COMPETÊNCIA. LOCAL DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES. DOMICÍLIO DO DEVEDOR.

1. É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o Código de Defesa do Consumidor é aplicável às ações que têm como objeto o cumprimento de contratos de participação financeira, pois diretamente atrelados ao serviço de telefonia.

2. Na hipótese, a recorrida é cessionária de milhares de contratos de participação financeira, os quais já foram objeto de negociações anteriores. Não está presente nenhum vínculo com a situação originária do adquirente da linha telefônica, interessado na utilização do sistema de telefonia.

3. As condições personalíssimas do cedente não se transmitem ao cessionário. Assim, a condição de consumidor do promitente-assinante não se transfere aos cessionários do contrato de participação financeira. Precedente.

4. A situação dos autos retrata transações havidas entre sociedades empresárias, de índole comercial, não se identificando quer a vulnerabilidade, quer a hipossuficiência do cessionário.

**5. Incide, na hipótese, a regra geral de competência, visto não haver convenção em sentido diverso e o contrário não decorrer da natureza da obrigação e das circunstâncias do caso.**

**6. O domicílio da pessoa jurídica é o local de sua sede, não sendo possível o ajuizamento da ação em locais nos quais a recorrente mantém suas filiais se a obrigação não foi contraída em nenhuma delas.**

7. Recurso especial provido.

(REsp 1608700/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe 31/03/2017) (grifou-se)

Confira-se, também, a decisão monocrática proferida no REsp nº 1.632.693-PR, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, DJe 28/06/2017.

Assim, não havendo nos autos qualquer referência a obrigações contraídas por agência ou sucursal da recorrente situada na comarca de Curitiba/PR, impõe-se a declaração de competência de juízo da comarca do Rio de Janeiro/RJ para julgar a ação, por ser o local onde se encontra a sede da recorrente.

**3.** Do exposto, dou provimento ao recurso especial, a fim de acolher a exceção de incompetência, declarando a competência do foro da comarca do Rio de Janeiro/RJ para o julgamento da demanda. Em consequência, deve o excepto arcar com as custas do incidente.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator

